

8090 Sexta-feira 17

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I)

Agosto de 1979

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — O Deputado presente ao recinto é obrigado a votar. Não querendo votar pela aprovação ou pela rejeição, deve declarar abstenção, o que é computado para efeito de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Está encerrada a votação.

A mesa vai proclamar o resultado da votação:

Votaram sim, 53 Srs. Deputados; votaram não, 81; e houve uma abstenção, num total de 135 votos. Não houve quorum; está adiada a votação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Nos termos do inciso IV do art. 10 do Regimento Interno, concedo a palavra ao Sr. Tidel de Lima, indicado pelo Líder do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. TIDEI DE LIMA (MDB — SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, há 15 anos minha geração começava a tomar consciência da problemática social da Nação, quando a palavra de ordem, nos colégios, era debate e conscientização; há 15 anos, na minha cidade havia a Federação Bauruense Estudantina, congregando grêmios de todos os colégios, entidades oficiais e autênticas, fundadas por secundaristas e reconhecida por um tipo de autoridade extinto, que não tinha medo de estudantes. Lembro-me, perfeitamente — pois tinha, então, 18 anos e completaria, sem dúvida nenhuma, 19 em julho — daquele março de 1964. Era 31 de março ou 1º de abril? Talvez naquela época mais 31 de março; hoje, mais 1º de abril.

Há 15 anos este País mergulhava numa quadra obscurantista, iniciando uma sucessão de golpes que mais tarde se repetiriam nas repúblicas vizinhas. Eu cursava, naquela época, o científico do Instituto de Educação Ernesto Monte de Bauru, no tempo em que a escola era risonha, franca e eficiente.

O Sr. Antônio Russo — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. TIDEI DE LIMA — Pois não, nobre Deputado.

O Sr. Antônio Russo — Perdoe-me, nobre Deputado, por aparte-lo logo no início do seu pronunciamento. V. Ex.^a faz referência à época em que a escola era livre, franca e risonha. Nesta tarde vemos, nesta Casa, uma juventude de cujos lábios tiramos o sorriso, porque, existindo número legal de Deputados nesta Casa para votarem matéria sujeita à sua deliberação, propostadamente se ausentaram do plenário, deixando de votar, num tremendo, terrível e imperdoável desrespeito à juventude brasileira, vindas de todas as partes da Pátria e que aqui estava aguardando uma solução. (Muito bem! Palmas.) Temos o Legislativo, que a Revolução tantas vezes diminuiu, que a Revolução tantas vezes desmoralizou, hoje, pelos seus próprios membros, fugindo do plenário e das suas responsabilidades, desmoralizando-se sozinho. (Palmas.)

O Sr. Ruy Côdo — Permite-me V. Ex.^a um aparte? Gostaria de discordar do meu eminente colega da bancada de São Paulo no instante em que fala sobre essa juventude que hoje sai desta Casa sem um sorriso nos lábios. A grande verdade, nobre Deputado, é que há juventude, mas uma parcela dela está aí também triste, sofrendo pela inversão na sua profissão. São eles, Deputado, esses jovens, que representam a saúde pública. Eles não estão a serviço de faculdades criadas não sei como. Neste País, faculdades são criadas de uma forma que eu não entendo. É preciso que o Governo crie sistemas possíveis para deixar a Nação tranquila. Não cabe a esta Casa solucionar um problema criado pelo Ministério da Educação, que a mancheias delegou a certas pessoas o direito de instalarem faculdades sem haver mercado de trabalho, como é o caso dos biomédicos. Cabe a ele, sim, essa responsabilidade. Meu Deus do céu, essa culpa não cabe ao Parlamento nacional! (Palmas.) A Nação aí está. Pergunte à saúde pública. Isso é o que pergunto desta tribuna de apartes, Deputado. É preciso, sim, uma reforma total no ensino superior. Existem grandes faculdades, até universidades modelos, paraísos e alavancas da educação, mas existem também tantas outras que devem ser fechadas. Eu lamento profundamente o que aqui hoje ocorreu. Aqui estão estudantes vindos de todas as partes do País, que estão em Brasília mal acomodados, tomando banho nos chuveiros desta Câmara e dormindo nas próprias Comissões desta Casa. É preciso, Sr. Presidente, forçar mais o Governo a uma tomada de posição, já, a fim de que resolva de uma vez por todas esta questão. Se culpa cabe a alguém, deve ser atribuída ao Deputado Daso Coimbra, que requereu verificação a um destaque que não atende aos farmacêuticos-bioquímicos, e não aos que se retiraram do plenário, utilizando um recurso parlamentar. A verdade é que as duas Lideranças votaram e S. Ex.^a duvidou da medida adotada. Agradeço a V. Ex.^a

O Sr. Walmor de Luca — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Peço aos Srs. Deputados que cooperem para a continuidade da sessão, respeitando...

O Sr. Walmor de Luca — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — A Presidência está com a palavra, nobre Deputado Walmor de Luca e demais Deputados. Peço respeito à Casa. Não é possível um tumulto dessa natureza. Não comprehendo essa democracia. Isso é tumulto, desordem, nobres Deputados, e a Mesa exige respeito. (Palmas.) Peço aos Srs. Deputados que ocupem seus lugares; do contrário, suspenderei a sessão.

Peço aos Srs. Deputados que cooperem com a Mesa. Apartes somente são permitidos com a licença do orador, que continua com a palavra.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. TIDEI DE LIMA — Um momento, Deputado Epitácio Cafeteira. Eu gostaria de esclarecer que o meu discurso não versa sobre o projeto que nesta tarde foi apreciado nesta Casa. Meu discurso versa sobre um problema transcendental para a vida do País. Então, eu pediria aos nobres colegas que aguardassem o inicio do tema do discurso que farei. Acredito que os dois apartes que já cedi contentaram ambas as partes que nesta tarde viram seus interesses em debate. Eu apenas acrescentaria que, na verdade, no meu entender, ambas as partes são vítimas de uma megalomania vivida pelo Governo, nos idos de 70, na gestão do "milagre brasileiro".

Sr. Presidente, prossigo.

A minha geração foi colhida quando começava a falar. Ela foi aprisionada quando se emancipava juridicamente. Hoje podemos denunciar e rever década e meia de um obscurantismo e repressão. O espaço crítico, que agora se abre, pela consciência e pela perseverança de forças sociais, que se supunham mortas, torna possível a denúncia e o balanço dos quinze anos que fizeram deste País o paradigma dos níveis de acumulação do capital, à custa de uma superexploração da sua classe trabalhadora e de uma repressão que calou as vozes mais críticas, desbaratando uma estrutura de organização que até então garantia um mínimo de resistência a milhões de explorados.

Digo e repito aquilo que havia dito no início da minha fala. Nós vivemos ainda a época de um regime que, no inicio, se pensou havia eclodido no dia 31 de março, mas que hoje sabe-se ocorreu em 1º de abril, dia símbolo da mentira, porque o regime é mentiroso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, da tribuna desta Casa eu gostaria de saudar os cassados (Palmas), os torturados, os que tombaram e os que sobreviveram no calabouço da ditadura implantada em 31 de março, ou melhor, 1º de abril de 1964. (Palmas.)

Sr. Presidente, a Nação aguarda ansiosa a apreciação sobre o projeto de anistia, que há de ser, antes de mais nada, uma conquista do povo brasileiro, jamais uma dádiva dos que detêm o poder à força, à custa da espada, mantendo em opressão o trabalhador e toda Nação brasileira. (Muito bem! Palmas.)

Não podemos entender como se lança a mão estendida que simbolizaria o reencontro do Estado com a Nação, a reconciliação nacional, apresentando um projeto de anistia caolho e manco. Caolho porque não enxerga além dos interesses do regime e manco porque anistia a perna direita e apenas parte da esquerda.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Ricardo Flúiza.

O Sr. Ricardo Flúiza — Nobre Deputado Tidei de Lima, posso dizer, como sempre, de brilhantismo e de emoção, numa riqueza de adjetivações, investe contra todos aqueles que, como V. Ex.^a, aqui estiverem com equilíbrio e sensatez, vigilantes, permanentemente, pelo aprimoramento das nossas instituições. Nenhum de nós pode desconhecer, muito menos V. Ex.^a, que vivemos, é bem verdade, um longo período de regime de exceção. Existem muitos Deputados, à minha esquerda, do partido de V. Ex.^a que usaram esta tribuna com serenidade, não precisando chegar à imolação própria, sem nenhum sentido gerador, e há aquelas pessoas que praticaram o terrorismo como forma efetiva do terror, foi institucionalizado, no mundo inteiro. Sabe muito bem V. Ex.^a que não pode investir contra o Presidente da República, negando-lhe o cumprimento de suas promessas. É um direito que lhe assiste, Deputado, o de julgar suficiente ou insuficiente a anistia e as medidas que estão sendo tomadas pelo Governo; o que não pode é dizer que a mão estendida do Presidente Figueiredo já não materializou atos concretos de liberalização do regime, regime que em momento nenhum S. Ex.^a o Presidente da República disse estar perfeito e acabado. V. Ex.^a traz a esta Casa, no debate, a sua contribuição. Peço-lhe, contudo, que se paute pela isenção na análise dos fatos, a fim de que o seu pronunciamento mereça credibilidade, e que a emoção não permita que aqueles que o lerem, depois, ponham em suspeição todo o restante do seu discurso pelas adjetivações e injustiças contidas no mesmo. (Palmas.)

O SR. TIDEI DE LIMA — Nobre Deputado Ricardo Flúiza, Vice-Líder da ARENA, acredito que o Presidente João Baptista

Agosto de 1979

DIARIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I)

Sexta-feira 17 8091

de Oliveira Figueiredo, nestes cinco meses de governo, tenha falado mais do que agido. E o que fez foi em termos de publicidade. Realmente, S. Ex.^a ebeve nota dez como "garoto propaganda" do regime que representa e nota zero em termos de eficiência. (Palmas.)

O Sr. Marcelo Cordeiro — Deputado Tidel de Lima, não censuro a veemência e a emoção, a par da racionalidade, com que V. Ex.^a trata da questão política. Acho que está certo quando coloca a emoção no trato dos problemas brasileiros, pois não se pode retirar do ser humano parte ou componente tão constitutivo de sua própria dignidade. Além do mais, ao casar perfeitamente a sua sensibilidade com o seu raciocínio, V. Ex.^a reflete o estado de espírito do povo brasileiro e, talvez e principalmente, o desta Casa. Há um mal-estar generalizado entre todos nós, o mal-estar da impotência, o mal-estar do descalabro, o mal-estar, diria mesmo, do despautério com que este Governo permite operar a transição da ditadura para a democracia, excluindo dela todo e qualquer componente da vida nacional; excluindo, em primeiro lugar, o povo, único e capaz artífice de um regime democrático, e, em segundo, a instituição democrática da República, pois até o Congresso Nacional está impedido de opinar ou participar dessa transição política. Aliás, até mesmo do simples processo legislativo o Congresso Nacional não participa. Acabamos de ter aqui, Deputado Tidel de Lima, um exemplo cabal, inofismável e indiscutível desse fato, quando nós, da Câmara dos Deputados, nos reunimos para votar uma matéria sem possibilidade alguma de interferir para corrigi-la. Os jovens estudantes de Biomedicina ou de Farmácia vieram ao lugar errado; deveriam ter ido ao Governo, ao Ministério da Educação, para que fosse feito por eles projeto de lei capaz de resolver efetivamente o problema. Vieram, no entanto, aos Deputados, convictos de que estes — sem poder, sem forças e sem alternativas — poderiam fazer alguma coisa. A verdade é que, em relação à anistia, às eleições diretas, a qualquer problema institucional do Brasil, assim como ao mero ordenamento administrativo e técnico de uma profissão, existe, com todas as letras, com toda a veemência, a presença da ditadura militar, impedindo que se discuta livremente, que livremente possam a juventude, os Deputados, as instituições democráticas do País articular, legal e legitimamente, as soluções de que o País carece. Parabenizo V. Ex.^a e, para concluir, quero dizer que o seu discurso, mesmo sem tratar do assaire a que há pouco assistimos, talvez seja a ponte que V. Ex.^a começa a construir entre um lado e outro da galeria, para que todos se convençam de que sem a ditadura não haverá cisões, não haverá problemas entre biomédicos e farmacêuticos; mas com ela, sem discussão livre, com os interesses mesquinhos predominando, com o País entregue à sanha devastadora do capital, teremos problemas como este e até mais graves do que este. (Palmas.) Agradeço a V. Ex.^a

O SR. TIDEI DE LIMA — Agradeço ao nobre Deputado Marcelo Cordeiro, que vem enriquecer o meu pronunciamento com sua fala tão abalizada. Gostaria, no entanto, de fazer uma colocação importante, proclamada por toda a imprensa e colocada de tal forma pelo Governo, pelos detentores do poder, que passou a levar um certo medo, um certo receio aos setores que defendem a anistia ampla, total e irrestrita.

Trata-se do problema do "terrorista". Coloco aqui "terrorista" (entre aspas) porque não entendo como tal aquele que pegou em armas, que tentou reverter o mando no poder através da luta armada. Essa palavra terrorista é subjetiva. A Frente Sandinista de Libertação Nacional, por exemplo, foi terrorista para o regime de Somoza, assim como os movimentos de libertação em geral são atos terroristas para as ditaduras. Não considero a luta que começou aqui, em 1967-1968, e se prolongou até 1973, como agasalhadora de terroristas. Foram compatriotas nossos que, talvez por serem mais corajosos que nós, optaram por essa forma de se pronunciar, única existente aquela época neste País, quando a imprensa estava sob censura total e o regime passava pela pior fase de repressão.

Esses nossos compatriotas, brasileiros corajosos, inspirados talvez na figura de Tiradentes, o maior subversivo que a nossa História já teve, o maior terrorista do Império, optaram pela luta armada.

A Sr.^a Cristina Tavares — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. TIDEI DE LIMA — Com toda a honra.

A Sr.^a Cristina Tavares — Nobre Deputado Tidel de Lima, parabenizo V. Ex.^a pela emoção que manifesta, porque sem emoção seremos titeres. Parabenizo V. Ex.^a pela colocação feita a respeito de terroristas. Não temos terroristas nas cadeias: Temos soldados que — embora não concorde com seus métodos de luta — enfrentaram face a face a ditadura e a repressão. O projeto de anistia a que V. Ex.^a se refere, de fato, pelas suas implicações, anistia os verdadeiros terroristas, os que, nos porões dos cárceres e das prisões do Brasil, torturaram, seqüestraram, mataram e castraram.

Este Congresso, hoje, mais uma vez, foi vítima da prepotência do Governo no momento em que, por um artifício do Regimento Interno, os deputados deixaram de votar aquilo que importava, o mérito da questão. Deputados foram obrigados a sair deste plenário porque, por um artifício, repito, as Lideranças haveriam de votar, escamoteando a vontade dos seus líderes. (Palmas.) Aqui não foi discutida, nobre Deputado, a influência das empresas multinacionais, porque não interessa ao partido do Governo que isso seja mostrado à Nação. Aqui não foram discutidas a falência da universidade brasileira e as escolas que vendem títulos e diplomas, envergonhando a Nação e prejudicando os brasileiros. Assim, nobre Deputado, parabenizo V. Ex.^a e me solidarizo com o que vem dizendo. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. TIDEI DE LIMA — Agradeço as palavras a V. Ex.^a, nobre Deputada Cristina Tavares, que, sem dúvida, vêm dar um colorido especial ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na verdade, a conciliação nacional, com esse conceito de terrorismo contido no projeto de anistia, jamais será possível. É importante que analisemos por outro aspecto, também, o projeto de anistia governamental. Eu gostaria de afirmar aqui, para que não parem dúvidas, que não sou partidário da luta armada, mas a entendo, principalmente na época em que foi desfigurada. O projeto do Governo tem em seu bojo o sentido de dividir as oposições. O projeto vai até onde interessa ao regime, até o ponto em que se anistia o Sr. Leonel Brizola, o Sr. Miguel Arraes e outras figuras preeminentes na política do passado, justamente para que essas figuras possam retornar à vida política e dividir a Oposição, cada uma fundando o seu partido com o incentivo governamental.

O Sr. Elquisson Soares — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. TIDEI DE LIMA — Pois não, Vice-Líder Deputado Elquisson Soares.

O Sr. Elquisson Soares — Nobre Deputado Tidel de Lima, o discurso de V. Ex.^a bem dispensa干涉ências, tal a precisão com que vem sendo desenvolvido. No entanto, algumas干涉ências, sobretudo da Liderança da ARENA, nos obriga a fazer certas indagações. Ainda há pouco o ilustre Deputado Ricardo Flúzia, na Liderança do partido oficial, dizia que ninguém deve conceder anistia a quem pegou em armas, a terroristas, quem assaltou bancos, segundo as expressões de S. Ex.^a. Evidentemente, Deputado, os integrantes da ARENA esquecem a História recente deste País, porque, se alguém pudesse dizer, por exemplo, que foi terrorista quem sequestrou um avião num ato político, o Brigadeiro Burnier, tão festejado pela ARENA e pela direita, teria sido o primeiro grande terrorista da América Latina, porque foi ele o primeiro a sequestrar um avião comercial neste País. Se quem expropria recursos, em banco, para financiar a luta armada fosse ladrão, qualquer expropriador de recursos seria ladrão. Aonde vai a Liderança da ARENA colocar Juarez Távora, na História, e o Marechal Cordeiro de Farias, porque, em 1926, na Coluna Prestes, eles fizeram expropriação de recursos para financiar a luta que encetavam contra o regime? Se quem pega em armas — e eu já disse isso, aqui, de outra feita — contra o Governo é terrorista, aonde vai a Liderança da ARENA colocar o pai do General Figueiredo (palmas), que pegou em armas? Aonde vai colocar, na História, o Brigadeiro Eduardo Gomes, que também voitou os canhões do Forte de Copacabana contra a população do Rio de Janeiro, em 22? É imensa a lista, Deputado, de generais que, quando tenentes, pegaram em armas contra regimes legalmente constituidos. E seria mais importante indagar: será que, em 64, os militares chegaram ao poder trocando beijinhos com os governantes de então, ou eles até se vangloriavam de haver pegado em armas e envergonharam esta Nação, porque não conseguiram sequer nas armas que ela possuía, e que estavam nas mãos deles, e foram buscar apoio nas armas norte-americanas. Outro militar, no passado, Floriano Peixoto, repeliu a entrada de armamentos de soldados ingleses para garantir seus bens na época da implantação da República. Esses militares que estão no poder agora sequer honraram esse passado das Forças Armadas, porque, em verdade, não apenas não repeliram, mas foram buscar as armas norte-americanas, os navios de guerra que ficaram aí nas nossas costas, comandados pelo embaixador norte-americano. Então, não se envergonharam de chamar às armas norte-americanas para garantir aqui os interesses estrangeiros, que eles defendem ainda hoje? Os Golbery's estão aí, sustentando as multinacionais deste regime, que mandam fechar questão, como neste projeto votado hoje, aniquilando, ameaçando e envergonhando este Congresso. Meu caro Deputado, nada de medo, porque estamos defendendo os interesses da Nação brasileira, enquanto aqueles que estão defendendo o poder, hoje, constituído em verdade não só estão contra o povo, mas também vendendo o território brasileiro.

O SR. TIDEI DE LIMA — Agradeço o aparte a V. Ex.^a, nobre Deputado Elquisson Soares. Gostaria de lembrar a V. Ex.^a que,

8092 Sexta-feira 17

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I)

Agosto de 1978

quando vi chorar o General Figueiredo, ao anunciar o projeto de anistia, primeiramente pensei que fossem lágrimas de jacaré, mas, posteriormente, cheguei à conclusão de que realmente o General Figueiredo chorava por não ter conseguido, por não ter tentado ou porque não queria uma anistia que, se seu pai vivesse hoje, não teria alcançado, de acordo com os moldes do projeto de anistia que o Governo propõe.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Antônio Dias.

O Sr. Antônio Dias — Nobre Deputado Tidei de Lima, é bem verdade que o assunto de V. Ex.^a é palpitante e empolga-nos, mas, antes de entrarmos no aparte propriamente dito, gostaríamos de salientar o trecho mais importante desta reunião, que era, para nós, parlamentares, votarmos “sim” ou “não” uma das questões mais importantes para os estudantes de Farmácia, Ciências Bioquímicas ou Biomédicas da Nação brasileira. Não vamos fazê-lo, porque já é passada a hora para o voto favorável aos farmacêuticos, bioquímicos ou aos biomédicos.

Queríamos aqui unir MDB e ARENA para exigirmos dos responsáveis pela educação brasileira uma decisão na atual circunstância brasileira, uma maneira de resolver o problema daqueles que, há longos anos, estudam Farmácia e Bioquímica e daqueles que foram jogados a um curso de Biomedicina e que hoje, tanto aqueles como estes não encontram mercado suficiente, ou não encontram como exercer com dignidade sua profissão; para lutarmos contra as multinacionais que aí se encontram e que aparambarcam a produção farmacêutica; para nos empenharmos no sentido de que o produto farmacêutico nacional tenha prevalência sobre os internacionais. Sabemos que muitos desses produtos que não têm aprovação no exterior, aqui recebem o placet do Ministério da Saúde. Mas não foi para dizer só isso que pedi o aparte. V. Ex.^a fala sobre anistia. Eu, como V. Ex.^a, parlamentar novo, chegado, há pouco, a este Congresso, outro dia, em discussão com os colegas do Movimento Democrático Brasileiro e com os companheiros da Aliança Renovadora Nacional, mostrei a minha posição: preferia que, antes daqueles que assassinaram pessoas que nada tinham a ver com o regime, com a política, com o sistema bancário, fossem anistiados aqueles pesquisadores e cientistas que foram aliados das Universidades de São Paulo, de Minas Gerais e do Brasil afora. Digo a V. Ex.^a: lutamos pela abolição do AI-5, e ele foi abolido, queremos a anistia, mas quando a aprovamos, não a aceitamos agora, pela inopportunidade, para aqueles que pegaram em armas e assassinaram, porque vejo o anverso da medalha, vejo as famílias daqueles que morreram, bancários que fizeram concurso, que atendiam ao público, que atendiam a todas as pessoas e que não tinham nada, absolutamente, com quem quer que pegava em armas, que queria roubar, para, em função de política, libertar o Brasil, como se diz. Admito que, com idéias como as de V. Ex.^a, vamos até às últimas consequências; admito até mesmo a instituição do partido comunista para lutarmos abertamente contra as idéias marxistas, leninistas, mas não aceito pegar em armas, ou empregar a força para tirar a vida de um semelhante nosso. Era o que queria dizer a V. Ex.^a

O SR. TIDEI DE LIMA — Se V. Ex.^a não admite que se pegue em armas, acredito que esteja no partido errado, porque o partido de V. Ex.^a chegou ao poder pelas armas em 31 de março de 1964. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Alberto Goldman — Nobre Deputado Tidei de Lima, Vossa Excelência faz um pronunciamento de peso, pronunciamento de responsabilidade. A questão da anistia se coloca da seguinte forma: a anistia é para que ou para quem? Para quem se deve pensar em levar a anistia? Se não é justamente para aqueles que, de uma forma ou de outra, tentaram derrubar um Governo, tentaram enfrentar um regime imposto pelas armas, pela violência, pela tortura e pelo assassinato, pergunto: para que, então, a anistia? A “Frente Sandinista”, que assume o poder na Nicarágua, está concedendo anistia aos homens da “Guarda Nacional”, que mataram e torturaram sem motivação política. Digo, e esta é a questão fundamental, que está no cerne da anistia: anistia só existe, efetivamente, quando é concedida aos homens que, por motivação política, de uma forma ou de outra, ousaram enfrentar uma ditadura que se implantou no País. Portanto, ela não pode discriminá-los, porque essa motivação, de uma forma ou de outra, foi política, não pode determinar que existe uma diferenciação entre Miguel Arraes, Leonel Brizola, Carlos Prestes e aqueles homens que estão hoje atrás das grades ou no exílio, porque pegaram em armas para enfrentar o regime que aí está. Anistia só pode ser uma. Anistia não pode ser aquela que divide o País; anistia tem de ser aquela que abre o caminho da democratização do País. E essa anistia que aí está visa apenas a manter o regime vigente, visa apenas a manter a exploração do povo brasileiro e não a abrir o caminho de um regime efetivamente democrático, não a criar condições para uma abertura que se chame efetivamente abertura. E por isso que anistia só pode ser uma. Ou ela é ou não é. E essa proposta pelo Governo, não atende às necessidades do processo político e do desenvolvimento econômico da Nação brasileira.

O SR. TIDEI DE LIMA — Concluo, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje o País vive um modelo político a reboque do econômico. O certo seria o contrário: o modelo econômico a reboque daquele outro. Para alterarmos esse modelo político que aí temos, para alterar esse modelo econômico, é necessário que se comece pela anistia ampla, geral e irrestrita, a fim de, posteriormente, desguarmos numa assembléa nacional constituinte e dotar este País de uma verdadeira democracia, do verdadeiro retorno ao Estado de Direito. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Tidei de Lima, o Sr. Flávio Marcílio, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Homero Santos, 1º-Vice-Presidente.

O Sr. Adhemar Santillo — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ADHÉMAR SANTILLO (MDB — GO). Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, chega-nos neste instante a notícia, lamentável sob todos os pontos de vista, do falecimento em Goiânia do fundador da Capital de Goiás, o ex-Governador e ex-Senador Pedro Ludovico Teixeira.

É com pesar que comparecemos a esta tribuna para relatar o infiusto acontecimento, traduzido no desaparecimento de um homem que dedicou quase toda sua vida à causa pública, ao desenvolvimento do nosso Estado, e, principalmente, à defesa dos princípios democráticos.

Pedro Ludovico Teixeira, Sr. Presidente, infelizmente desaparece ainda sob a cicatriz de uma punição injusta, como injustas foram todas as punições aplicadas a partir de 1964, afastando violentamente do convívio público homens que muito fizeram pelo País.

Exemplo de pai, exemplo de administrador, exemplo de político e acima de tudo exemplo de homem público, deixou para seus filhos, a todos eles indistintamente, um precioso legado — e tomo a liberdade de citar dois, que exerceram também a vida pública com o mesmo ideal e com o mesmo propósito do pai. Mauro Borges Teixeira, com efeito, foi uma das vítimas do Movimento de março de 1964, violentado na sua trajetória política, ao ser afastado, também da maneira mais arbitrária, do Governo do Estado de Goiás. Agora, honrando esta Casa, contamos com a presença de Paulo Borges Teixeira, outro filho do extraordinário e já saudoso Pedro Ludovico Teixeira.

Por isso, Sr. Presidente, neste instante em que este Congresso se prepara para votar o projeto de anistia, é importante que nossas vidas se voltem também para aqueles que, vitimas da prepotência, foram afastados da vida pública nacional, não pela vontade do povo, nem tampouco pela sua própria vontade, mas sim pelo ato de arbitrio e pela força, como aconteceu com Juscelino Kubitschek de Oliveira, João Goulart e agora com Pedro Ludovico Teixeira, e que não tiveram a oportunidade de readquirir seus direitos políticos e voltar novamente a conviver com a sociedade brasileira, participando das atividades políticas.

Por isso, Sr. Presidente, esta nossa comunicação, de tristeza, de lamentação, mas ao mesmo tempo de certeza de que estamos aqui, neste instante, noticiando o desaparecimento de um homem que deixou uma obra que não se limitou apenas à intrepidez de tirar a capital de um lugar onde não havia possibilidade alguma do desenvolvimento do nosso Estado, mas que teve a coragem de trazê-la para o Planalto de Goiás, para Goiânia, que, inclusive, foi a principal motivadora para que Juscelino Kubitschek pudesse posteriormente construir Brasília. Destaco a obra de Pedro Ludovico no campo eminentemente material, invoco os filhos que seguiram o seu trabalho também no desenrolar da atividade pública, como Mauro Borges Teixeira e Paulo Borges Teixeira, mas ressalto que a sua convicção, o seu amor à liberdade e à democracia o fizeram cair. E caiu, Sr. Presidente, porque realmente não concordou com o movimento instalado no País a partir de 1964, transformando-se no seu mais ferrenho adversário; por isso mesmo, perdeu seu mandato. Hoje desaparece, mas deixa para os jovens e para todos brasileiros uma experiência, acima de tudo uma vocação, e — por que não dizer? — Sr. Presidente, uma tradição de luta a que devemos dar seqüência, em favor da democracia, da liberdade e da justiça social.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Nos termos do inciso IV do art. 10 do Regimento Interno, concedo a palavra ao Sr. Pinheiro Machado, indicado pelo Líder da Aliança Renovadora Nacional.